



DISCUSSÃO Parecer de Quintanilha (*em pé*) foi aprovado por 14 votos a favor e 6 contra. Autor do recurso, Arthur Virgílio (*ao microfone*) entrou com pedido de outra CPI

CCJ confirma a decisão de Sarney sobre CPI dos Bingos

Reunião durou quase um dia inteiro, com momentos tensos e debate acirrado entre governo e oposição. No Plenário, Arthur Virgílio apresentou pedido de CPI para investigar morte de Celso Daniel



PROTESTO Pedro Simon (D) defende instalação da CPI, na reunião presidida por Edison Lobão (C)

A Comissão de Constituição e Justiça aprovou na noite de ontem parecer de Leomar Quintanilha segundo o qual o presidente do Senado agiu de forma legal ao não indicar senadores para comporem a CPI dos Bingos. O parecer pode ser votado pelo Plenário do Senado na próxima terça-feira. O PSDB e o PFL devem recorrer também ao Supremo Tribunal Federal.

O líder do PSDB, Arthur Virgílio, apresentou ontem pedido de instalação de CPI para apurar circunstâncias do assassinato de Celso Daniel, então prefeito de Santo André.

Páginas 3 a 5

Celso Pitta será convocado a depor na CPI do Banestado

Os integrantes da CPI do Banestado aprovaram ontem dois requerimentos da senadora Serys Slhessarenko solicitando a convocação do ex-prefeito de São Paulo e a quebra dos sigilos fiscal, bancário e telefônico de Celso Pitta.

Página 5



Ministro da Defesa (C) debate com senadores da Comissão de Relações Exteriores. Eduardo Suplicy (E) preside a reunião

Viegas diz que Brasil pode comprar 24 caças para reequipar a FAB

Página 8

Solidariedade ao povo espanhol, vítima de terrorismo

Senadores aprovaram ontem votos de solidariedade ao povo espanhol, vítima de atentado terrorista. Na Comissão de Relações Exteriores foi acolhido voto de Tião Viana e, em Plenário, requerimento proposto por Ramez Tebet.

Página 8



SEGURANÇA Programa alia vigilância e ocupação do território, diz Augusto Botelho

Augusto destaca importância do programa Calha Norte

O senador Augusto Botelho (PDT-RR) chamou a atenção ontem para a importância do programa Calha Norte, cuja meta é garantir a segurança do país nas áreas de fronteira da região amazônica. Ao lado dos objetivos militares do projeto, observou o senador, uma série de ações sociais para a população civil são empreendidas, dentro de um conceito amplo de segurança, que une vigilância e ocupação populacional.

A presença de militares em áreas indígenas é um dos aspectos mais incompreendidos do Calha Norte, na visão do parlamentar. Para Augusto Botelho, é preciso ver que os índios necessitam da ajuda militar, que lhes proporciona médicos, dentistas, energia elétrica e “os confortos que a vida moderna nos proporciona”.

No que se refere às emendas dos parlamentares ao Orçamento da União, os recursos destinados ao Calha Norte são majoritariamente para ações de natureza civil (R\$ 50 milhões), informou o senador. Ele enfatizou ainda que as ações de cunho militar receberam emendas de R\$ 19 milhões.

Estatuto do Desarmamento corre perigo, alerta Borges

juízes não estariam cumprindo lei aprovada pelo Congresso no ano passado

Baseado em notícias da imprensa, o senador César Borges (PFL-BA) alertou para o “grande perigo” que está correndo o Estatuto do Desarmamento. Segundo ele, juízes não estão cumprindo o que determina o estatuto, apesar de 82% da sociedade brasileira desejar um controle mais rigoroso das armas de fogo no país, conforme pesquisa do Ibope.

César Borges citou declara-



CRÍTICA César Borges condena MP que aumentará contingente de guardas municipais armados

ção do juiz Ricardo Teixeira Lemos, de Piracanjuba (GO), que teria dito que “o Estatuto do Desarmamento tem tudo para

cair em desuso”. O senador afirmou que o mesmo juiz desobedeceu o estatuto e colocou em liberdade réus detidos por porte ilegal de armas.

– Essa é uma situação grave. Se uma lei discutida e votada por representantes do povo pode ser completamente ignorada por um juiz, a democracia está em perigo – alertou.

O senador ainda disse que o governo também está trabalhando contra o estatuto, com a recente edição da MP 157/04, que permite a criação de guardas municipais em cidades com menos de 250 mil habitantes, o que poderá triplicar o contingente desses guardas armados.

Agenda

Sessão não deliberativa às 9h

Os senadores participam hoje, a partir das 9h, de sessão não deliberativa, destinada a discursos dos parlamentares e a comunicados da Mesa Diretora. Os primeiros oradores inscritos para discursar na tribuna são os senadores Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) e Alberto Silva (PMDB-PI).

Reforma trabalhista e sindical em videoconferência

Será realizada hoje, às 10h, uma videoconferência sobre a reforma sindical e trabalhista, no auditório do Interlegis. O evento é uma iniciativa do vice-presidente do Senado Federal, Paulo Paim, e conta ainda com a presença de representante do Departamento Intersindical da Assessoria Parlamentar (DIAP), Antônio Queiros, e do secretário geral da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Comércio, José Carlos Schultt.



Exposição de arte indígenas

Hoje é o último dia da exposição de artesanato das mulheres indígenas do Acre e de produtos ecologicamente sustentáveis, na Senado Galeria. O evento, uma iniciativa da Fátima Cleide (PT-RO), faz parte das comemorações do Ano da Mulher.

Arthur Moreira Lima

Amanhã, às 20h, a Rádio Senado apresenta o *Escala Brasileira*, que entrevista o pianista Arthur Moreira Lima. Ele fala sobre o projeto “Um rio de música”, no qual excursionou pelo São Francisco fazendo concertos em pequenas localidades.

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp

Policiais federais em greve pedem apoio a Sarney

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu ontem integrantes da comissão de greve dos policiais federais, inclusive da Federação Nacional dos Servidores da Polícia Federal. Eles solicitaram sua intervenção junto ao governo do presidente Lula, para conseguirem uma solução negociada capaz de pôr fim ao movimento.

Segundo o presidente do Sindicato dos Policiais Federais (Sindipol), Fernando Honorato, os grevistas exigem o cumprimento da Lei nº 9.266, de 1996.

– Essa lei transformou os cargos da carreira policial federal para nível superior. Em anos anteriores haviam sido transformados os cargos de delegados e peritos, e em 1996 foram os demais cargos, como agentes e escrivães – explicou.

Segundo o policial, desde a aprovação da lei o governo alega falta de recursos para cumprir-la. Comissão formada depois da última greve não conseguiu chegar a resultado depois de três meses de reuniões, o que levou os policiais à greve.

Evento debate proteção para servidor público

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu ontem, do coordenador-geral do Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário e Ministério Público da União (Sindijus), Roberto Policarpo, convite para participar da abertura de seminário sobre segurança dos trabalhadores no serviço público. O evento terá por objetivo apontar medidas para evitar a repetição de fatos como o assassinato de três fiscais e o motorista que os acompanhava, em Unaí (MG).

– A idéia é discutir ações efetivas de proteção aos trabalhadores que exercem o papel coercitivo em nome do Estado, e muitas vezes ficam desprotegidos nesta relação – esclareceu Policarpo.

A realização do seminário está prevista para o próximo dia 25, com a presença do presidente eleito do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministro Edson Vidigal, do procurador-geral da República, Cláudio Fonteles, e de outras autoridades.

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza, Serys Silhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor-adjunto da Secretaria de Comunicação Social: Helival Rios
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin e José do Carmo Andrade
Diagramação: Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Cirilo Quartim
Arquivo Fotográfico: Elida Costa (61) 311-3332
Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333
Agência Senado
Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Valéria Ribeiro e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Marco Antonio Reis (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

CPI

Parecer da Comissão de Justiça, elaborado por Leomar Quintanilha, deverá ser submetido a votação do Plenário na próxima terça-feira. Oposição anuncia que vai recorrer ao Supremo Tribunal Federal para conseguir instalação da CPI dos Bingos



Fotos: Célio Azevedo

RECUSA Comissão de Justiça também rejeitou recurso para alterar proporcionalidade dos partidos em CPIs

CCJ confirma a decisão de Sarney. Só os líderes podem indicar membros

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou na noite de ontem o parecer do senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO) segundo o qual o presidente do Senado agiu de forma legal ao não indicar senadores para comporem a CPI dos Bingos.

O parecer deve ser votado em Plenário na próxima terça-feira, segundo informou a líder do PT, Ideli Salvatti (SC). Também

Conforme o parecer, compete exclusivamente aos líderes dos partidos políticos essas indicações, como determina o Regimento Interno do Senado. Os partidos governistas, que não querem ver a CPI em funcionamento, não indicaram senadores para a comissão.

O parecer de Quintanilha, aprovado por 14 votos a favor e 6 contra, foi dado em recurso apresentado pelo líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM). Ele pretendia que o presidente do Senado fizesse as indicações dos senadores da base governista para a CPI ante a omissão dos líderes partidários que apoiam o governo. Na última terça-feira, no Plenário do Senado, o líder do PSDB havia apresentado requerimento

propondo que José Sarney tomasse a iniciativa, mas teve sua pretensão recusada. Por isso, recorreu da decisão do presidente do Senado à CCJ.

A comissão também recusou, por 14 votos a 6, recurso da senadora Heloísa Helena (sem partido-AL) que pedia a alteração da proporcionalidade de senadores dos partidos na CPI dos Bingos, tendo em vista a recusa dos líderes da base do go-

verno em fazer as indicações. Para ela, o Regimento do Senado determina que a indicação de senadores para comissões (inclusive CPIs) deverá obedecer à proporcionalidade de senadores de cada partido no Senado, "tanto quanto possível".

Heloísa sustentou que essa expressão autoriza uma mudança de proporcionalidade, porque os partidos do governo não querem indicar seus integrantes à CPI. Quintanilha informou que o STF já decidiu que a expressão "tanto quanto possível" se refere a uma possibilidade matemática, e não a uma possibilidade política.

Arma oposicionista

Os oposicionistas argumentaram que qualquer CPI é um instituto previsto na Constituição para atender aos partidos contrários ao governo, que geralmente tem maioria no Con-

gresso. Por isso, o dispositivo constitucional prevê que uma CPI pode ser criada com a assinatura de um terço dos parlamentares, exigindo que haja fato definido para investigação. Os governistas argumentaram que não interessa ao país, no momento, a CPI dos Bingos, lembrando que a Polícia Federal e o Ministério Público vêm investigando esses jogos e a cobrança de propina feita pelo ex-assessor do Palácio do Planalto Waldomiro Diniz.

– Se os líderes da base do governo não indicam seus representantes na CPI, ela nunca poderá funcionar. Para funcionar, a CPI dos Bingos precisa da presença de pelo menos oito senadores, número que os oposicionistas não têm. No fundo, isso é um recado para os desonestos que por acaso cheguem ao governo: podem cometer fraudes, pois vocês não serão investigados por CPI alguma – argumentou o líder da Minoria, Efraim Morais (PFL-PB).

Quatro senadores de oposição apresentaram votos em separado, todos com argumentos de que a Constituição não estará sendo obedecida se uma CPI criada não funcionar pela falta de indicação de integrantes por parte dos líderes partidários. Eles foram lidos pelos senadores Antero Paes de Barros (PSDB-MT), Demostenes Torres (PFL-GO), José Jorge (PFL-PE) e Arthur Virgílio.

Uma reunião tensa, com protestos e lembranças

Foram quase oito horas de reunião extraordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), marcada por protestos das oposições e lembranças dos governistas de CPIs criadas no passado recente, mas que nunca funcionaram. O momento de maior tensão ocorreu quando o presidente do colegiado, senador Edison Lobão (PFL-MA), deu três horas aos senadores para que pudessem examinar o parecer de Leomar Quintanilha. O líder do PMDB, senador Renan Calheiros (AL), sugeriu que o tempo fosse reduzido a uma hora.

– Isso é uma truculência. Nunca vi uma clima tão envenenado como este no Senado. Desse jeito, os adversários políticos passarão a ser considerados inimigos – disse Jefferson Péres (AM), líder do PDT.

Pouco antes, o líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), citou várias comissões parlamentares de inquérito criadas (com o número mínimo de assinaturas) no governo passado e que nunca chegaram a funcionar pela falta de indicação de integrantes por parte dos então partidos da base do governo. “E nunca ninguém recorreu da decisão”, observou Mercadante.

Reação

Mostrando-se irritado com a decisão da base do governo de impedir o funcionamento da CPI dos Bingos, o líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), informou que só faltava uma assinatura para apresentar requerimento de uma CPI para investigar o assassinato do prefeito petista Celso Daniel, de San-

to André (SP). Mas, durante as três horas em que a reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania foi suspensa, Virgílio protocolou na Mesa seu pedido de CPI, com as 27 assinaturas mínimas exigidas. Ele desafiou os oposicionistas a indicarem seus integrantes na nova comissão.

No curso dos debates, o líder da Minoria, Efraim Morais (PFL-PB), observou que o Brasil pode estar dando adeus ao instituto da comissão parlamentar de inquérito, que só “será criada quando o rei do momento autorizar”.

Arthur Virgílio informou que o PSDB dará todo apoio a um projeto de resolução do senador Pedro Simon (PMDB-RS) que manda o presidente do Senado indicar senadores para uma CPI quando os partidos se recusarem a fazê-lo. Antero Paes de Barros (PSDB-MT) disse que a falta de indicação de senadores burla artigo da Constituição.

O líder do PMDB, Renan Calheiros, sustentou que a comissão não interessa neste momento ao Brasil. Já o líder do governo, Aloizio Mercadante, afirmou que os oposicionistas querem uma CPI qualquer, para ganhar palco num ano eleitoral. O líder do PFL, José Agripino (RN), disse que “essa novela da CPI não vai terminar fácil, como quer o governo”. Tião Viana (PT-AC) lamentou que Jefferson Péres não estivesse em Plenário, pois gostaria de saber como ele se comportou diante dos pedidos de criação de CPI à época em que pertenceu ao PSDB.



DEBATE Senadores Tião Viana, Aloizio Mercadante e Efraim Morais discutem o recurso durante reunião do colegiado

CPI Líder do PSDB diz que vai pedir urgência para projeto de Simon que obriga o presidente da Casa a designar membros das CPIs caso as lideranças não o façam. Na CCJ, senadores discutem aspectos legais e políticos das comissões parlamentares de inquérito

Projeto de Simon obriga presidente a designar os integrantes de CPIs

O líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), afirmou ontem que pedirá urgência para a tramitação do Projeto de Resolução 37, de 1999, de autoria do senador Pedro Simon (PMDB-RS). Pela proposta, que altera o Regimento Interno, o presidente do Senado fica obrigado a designar, de imediato, os representantes dos partidos para as comissões parlamentares de inquérito (CPIs) no caso de os líderes não os indicarem no prazo de cinco dias.

O projeto de Simon tramita na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde recebeu parecer favorável do senador Juvêncio da Fonseca (PDT-MS). Como Juvêncio não integra mais a CCJ, o projeto de resolução será redistribuído, e terá outro relator. Em sua justificativa, Simon



MUDANÇAS Simon: "Proposta evita manobras para instalar CPI"

argumenta que o objetivo da proposta é "evitar manobras". O senador lembra que o projeto não constitui inovação, já que o Regimento Comum (do Congresso), ao tratar da matéria,

dispõe que "se os líderes não fizerem a indicação (dos membros das comissões mistas do Congresso Nacional) a escolha caberá ao presidente".

Se aprovada, a proposta de

Simon supre a lacuna existente no Regimento Interno do Senado, que não prevê a possibilidade de os líderes não indicarem representantes para uma CPI.

Em nota distribuída à imprensa, os líderes governistas anunciaram que se recusam a escolher seus representantes para a CPI dos Bingos.

Em decisão anunciada em Plenário, o presidente do Senado, José Sarney, afirmou que não poderia dar prosseguimento à instalação da CPI.

Ao ser interpelado em Plenário na última terça-feira pelos senadores Arthur Virgílio, Heloísa Helena (sem partido-AL), José Agripino (PFL-RN), Jefferson Péres (PDT-AM) e Efraim Morais (PFL-PB), José Sarney mencionou o projeto de resolução de Pedro Simon.



PREVISÃO Efraim acredita que Senado corre risco de não instalar novas comissões

Efraim diz que "está instalada a impunidade"

"Está institucionalizada a impunidade nesse país." Essa foi a reação do líder da Minoria no Senado, Efraim Morais (PFL-PB), diante da resistência das lideranças governistas em indicar seus representantes nas CPIs dos Bingos.

– Na hora em que a maioria não indica os nomes para uma CPI, não teremos mais comissões parlamentares de inquérito nesta Casa – afirmou o senador.

Para Efraim Morais, o direito da minoria de instalar comissões parlamentares de inquérito está sendo cassado pela maioria governista, mesmo após ter cumprido integralmente o Regimento Interno do Senado e encaminhado à Mesa os nomes dos senadores representantes da minoria para a CPI dos Bingos.

– A maioria resolveu institucionalizar a impunidade nesse país, depois que decidiu não indicar seus representantes para a CPI dos Bingos. A mensagem que eles estão enviando à sociedade é que, neste governo, pode roubar que a maioria garante que ninguém será investigado – assinalou.

Efraim lembrou que foi por meio de uma CPI que o ex-presidente Fernando Collor de Melo foi cassado e nem por isso a economia explodiu. Ele acrescentou que "cabeças coroadas" do Congresso Nacional foram igualmente cassadas por intermédio de CPI.

Polêmica toma conta das discussões na CCJ

O senador Garibaldi Filho (PMDB-RN), depois de comentar que atenderia a recomendação do líder Renan Calheiros e votaria com o parecer de Leomar Quintanilha (PMDB-TO), defendeu a necessidade de uma melhor regulamentação do processo de instalação de CPI. Também favorável ao relator, o senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) opinou que a discussão na CCJ deveria ser apenas legal, e não política – se o presidente do Senado tem ou não competência para indicar os membros de uma CPI quando isso não for

feito pelos líderes partidários.

Para o senador Almeida Lima (PDT-SE), a instalação de CPI não causaria prejuízos à economia do país, como tem sido dito por políticos ligados ao governo. E argumentou que o que derruba a Bolsa de Valores não são as ameaças de instalação das comissões parlamentares de inquérito para apurar corrupção, mas a própria política econômica do governo. Por sua vez, o senador Fernando Bezerra (PTB-RN) observou que a CPI somente será necessária se as investigações não tiverem a celeridade esperada.

Na avaliação do senador Pedro Simon, mais do que discutir uma questão constitucional ou regimental, o Senado está analisando se a minoria tem ou não direito a investigar o governo por meio de uma comissão parlamentar de inquérito.

Simon fez um apelo para que fosse seguida a posição inicial que Aloizio Mercadante (PT-SP) teria proposto em reunião de líderes: a de permitir a instalação da CPI.

O senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) sustentou a necessidade de uma CPI para investigar o caso Waldomiro

Diniz. Antero disse que, apesar de já terem se passado 20 dias da denúncia, nem a Polícia Federal, que está em greve, nem o Ministério Público sequer conseguiram quebrar o sigilo do ex-assessor Waldomiro Diniz.

A senadora Heloísa Helena comparou o governo Lula a uma *dolly* (ovelha que foi o primeiro mamífero clonado do mundo) do governo Fernando Henrique Cardoso.

Ela afirmou que os argumentos para barrar CPIs são os mesmos, as concessões éticas e as manobras também.



DEBATE Na CCJ, senadores como Demostenes (esquerda) e Jefferson (direita) discutiram aspectos políticos e legais relacionados às CPIs



CPI

Líder do PSDB garante que assinaturas contidas no requerimento de sua iniciativa não serão retiradas. Jereissati informa que partido já fez indicações para a CPI sobre cartões do Sistema Único de Saúde, que tem relação com o ex-ministro José Serra

Arthur Virgílio propõe CPI para investigar a morte de Celso Daniel

O líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM), apresentou ontem, no Plenário, pedido de instalação de uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) para apurar as circunstâncias do assassinato do prefeito de Santo André, Celso Daniel, ocorrido no início de 2002, em São Paulo. O requerimento contém o número de assinaturas necessárias para a criação da comissão.

– Meu pedido de CPI vem acompanhado de 27 assinaturas de homens e mulheres briosos que não retirarão seus nomes da lista. Não haverá o gesto calhorda (não retirem minha palavra dos Anais da Casa, porque não permito) de assinar e “desassinar” – garantiu o parlamentar.

Arthur Virgílio instou o governo federal a assegurar a transparência que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva tanto prometeu durante a campanha, em praça pública. “Tomara que o governo não tenha medo do episódio de Santo André, como tem pavor de investigar o caso Waldomiro Diniz”, disse o parlamentar.

– O PT precisa derrubar essas falácias segundo as quais as galáxias irão se chocar e o universo acabar, se houver investigações sobre corrupção dentro de seu governo. Se nada houver, ótimo, as acusações caem. Se houver, os responsáveis devem ser responsabilizados e o governo deve continuar a governar – assinalou o senador.

Cartão do SUS

Durante a reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, o senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) informou que seu partido já apresentou os nomes para a CPI que deve investigar as irregularidades na confecção do cartão do Sistema Único de Saúde (SUS). Ele observou que essa comissão interessa ao atual governo porque envolve o ex-ministro e presidente do PSDB, José Ser-

ra. “Queremos o cartão SUS até o fim, mas em contrapartida queremos as CPIs de Santo André e a do Waldomiro”, enfatizou Jereissati.

Em defesa do funcionamento da CPI dos Bingos, Demostenes Torres (PFL-GO) apoiou posição de Pedro Simon (PMDB-RS) no sentido de que seja feita “analogia”, recorrendo ao Regimento Comum e ao Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

O líder da Minoria, Efraim Morais (PFL-PB), rebateu críticas do líder do governo, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), de que o PSDB e o PFL não haviam indicado os nomes para várias CPIs, inclusive a destinada a investigar as denúncias de irregularidades na aplicação de multas de trânsito por pardais. “Indicamos os nomes no dia 8 de dezembro”, declarou à imprensa, exibindo o requerimento.



COBRANÇA Arthur Virgílio pede a Lula transparência que prometeu na campanha



DECISÃO Comissão aprovou ontem quebra de sigilos de vários envolvidos

Aprovada a convocação e quebra de sigilo do ex-prefeito Celso Pitta

A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPI) do Banestado, que investiga a evasão de divisas do país, aprovou ontem dois requerimentos da senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) solicitando a convocação do ex-prefeito de São Paulo Celso Pitta, para prestar depoimento, e a quebra dos seus sigilos fiscal, bancário e telefônico. O relator da CPI, deputado José Mentor (PT-SP), afirmou que o momento é adequado para aprovação desses requerimentos. A data do depoimento de Pitta ainda será agendada.

Serys apresentou os requerimentos baseada em denúncias feitas pela própria ex-mulher do prefeito, Nicéa Pitta. Ao informar detalhes sobre as investigações realizadas por ele em diversos estados, José Mentor disse que deverá, nos próximos 15 dias, receber documentos envolvendo o ex-governador Paulo Maluf, de São Paulo, no âmbito das investigações da comissão.

A CPI examinou 23 requerimentos na reunião de ontem. Além de Pitta, também será ouvido pela comissão o empresário de Rondônia Mário Calixto Filho, primeiro suplente do senador licenciado Amir Lando, que chegou a assumir o cargo de senador em janeiro, mas teve a posse anulada pela Mesa do Senado, em virtude de decisão judicial.

Calixto denunciou em carta à comissão suposto interesse político e econômico de um membro da CPI no estado de Rondônia. O requerimento pedindo o comparecimento de Mário Calixto foi apresentado pelo senador Heráclito Fortes (PFL-PI).

Em outro requerimento, a CPI decidiu quebrar o sigilo telefônico, entre 1996 e 2002, de 27 pessoas físicas e jurídicas envolvidas no caso Banestado. O pedido também é de autoria de Serys. Os outros requerimentos aprovados na reunião administrativa da comissão tratam da quebra de sigilo fiscal e telefônico e convocação de técnicos e de envolvidos em evasão fiscal.

Também serão chamados pela CPI representantes de empresas denunciadas pela imprensa. Só em dois relatórios do deputado Alexandre Santos (PP-RJ) são convocados membros de 42 empresas envolvidas no escândalo propinoduto, ocorrido no Rio de Janeiro.

José Mentor afirmou que as viagens a São Paulo, Santa Catarina, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Paraná foram importantes para aumentar a base de dados da comissão e fundamentar as investigações. O deputado observou que será preciso ainda fazer viagens ao exterior, especialmente à Itália, Suíça e Estados Unidos.

Pré-relatório inclui prostituição e pedofilia

Os trabalhos da comissão parlamentar mista de inquérito (CPI) que apura casos de exploração sexual de menores e adolescentes deverão se concentrar, até o mês de maio, em depoimentos, diligências e audiências públicas sobre blocos temáticos, conforme definiu ontem o colegiado. A única audiência com data marcada, mas ainda precisando de confirmação, será no dia 24, com a presença do ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Patrus Ananias.

A presidente da CPI, senadora Patrícia Saboya (PPS-CE), informou que um pré-relatório a ser distribuído aos parla-

mentares, nos próximos dias, conterá os 200 casos investigados pela CPI com características de redes de prostituição e pedofilia. A comissão de inquérito examinou no total cerca de 800 casos, sendo que 600 tinham configuração de abuso e exploração sexual, e serão encaminhados às autoridades.

A senadora recebeu ontem, de 60 jovens de todo o país, documento com estratégias para o combate ao abuso sexual de crianças e adolescentes. Eles estão participando, em Brasília, do 1º Encontro Nacional de Adolescentes e Jovens para o Enfrentamento da Violência Sexual.



CONTRIBUIÇÃO Patrícia Saboya (C) recebe de um grupo de jovens documento sobre combate à violência sexual

Mão Santa pede a Lula a recriação da Sudene

O senador Mão Santa (PMDB-PI) disse ontem que a extinção da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) foi um ato de "marketing político" do governo Fernando Henrique Cardoso. Segundo ele, a Sudene acabou pagando por irregularidades descobertas na Superintendência de Desenvolvimento da

Amazônia (Sudam).

Mão Santa observou que ficou no ar uma imagem negativa da Sudene, que não corresponderia à verdade – segundo ele, a instituição era bem administrada e vigilante quanto à regularidade dos projetos.

Com apoio de Alberto Silva (PMDB-PI) e Paulo Paim (PT-RS), Mão Santa pediu ao presidente Lula que recrie a Sudene.

José Jorge: "Troféu Berzoini" premia Dirceu

O senador José Jorge (PFL-PE) comunicou que a votação para o "Troféu Berzoini de Crueldade", antiprêmio criado pelo

PFL com o objetivo de denunciar integrantes do governo do PT que manifestam desprezo pelo cidadão e pela condição humana, terminará na segunda-feira. Ele explicou que o fim da

eleição será antecipado em virtude de o ministro da Casa Civil, José Dirceu, ter disparado na preferência dos internautas.

José Jorge informou que esta é a segunda edição do troféu. Ontem, José Dirceu liderava com 52,9% dos votos, seguido pelos ministros do Planejamento, Guido Mantega (17,2%), e da Fazenda, Antonio Palocci (11%). O senador disse que os interessados podem acessar o site do PFL (www.pfl.org.br).

Paim: Brasil está pronto para retomar crescimento

Senador concorda com Ricupero também sobre oportunidade para redução da taxa de juros

Comentando declaração do ex-ministro da Fazenda Rubens Ricupero à Agência Estado, o senador Paulo Paim (PT-RS) concordou ontem com a afirmação de que, hoje, o Brasil reúne todas as condições favoráveis para retomar o crescimento econômico, cenário que não ocorreu nos últimos 50 anos. Segundo o senador, Ricupero disse também que não vê razão para que não se reinicie a redução gradual da taxa de juros.

Paim lembrou que ontem, em reunião do Conselho de Desenvolvimento Social (CDS), o



OTIMISMO Paulo Paim cita discurso em que Lula prevê crescimento da economia

presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou que não há hipótese de a economia brasileira deixar de crescer este ano. O senador ainda abordou a questão do pagamento da correção das aposentadorias, dívida criada pelo Plano Real.

O senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) disse que esteve na reunião organizada pelo ministro da Previdência Social, Amir Lando, com diversas áreas do governo e mais de 15 entidades representantes de aposentados e pensionistas. Ele elogiou a decisão do presidente Lula de reconhecer a dívida e pagá-la, "mas não pode ser de uma vez só". Eduardo informou que nova reunião foi marcada para a próxima quinta-feira, quando as entidades apresentarão propostas de um cronograma de pagamento.

Paulo Paim afirmou ainda que não gostaria de ver o Senado falando apenas em CPI, embora reconheça o direito de quem queira fazê-lo.

– Mas CPI não é um tema que mexe comigo. Sou mais das ações afirmativas, propositivas – concluiu o senador.

Juro alto não controla inflação, diz João Tenório

João Tenório (PSDB-AL) exibiu ontem estatísticas publicadas na edição de 14 de fevereiro da revista inglesa *The Economist* para mostrar que os juros altos não são tão eficazes para controlar a inflação como alardeia o governo. Conforme o entendimento do senador, o argumento é repetido de forma a justificar uma política de arrocho, mas não é uma "verdade testada pela experiência".

De acordo com o senador, levantamento de fevereiro de 2003 a janeiro de 2004 mostra

que os juros no Brasil se situaram em 16,26%, com inflação ao consumidor de 9,3% e queda de 1,5% no Produto Interno Bruto (PIB). No mesmo período, o Chile beneficiou-se de uma taxa de juros de 1,8%, inflação de 0,8% e crescimento de 3% da riqueza. No México, onde os juros foram de 5,59%, a inflação situou-se em 4,2% e o produto cresceu apenas 0,9%.

– Deve haver outra razão para a insistência do governo em manter os juros altos – afirmou o senador alagoano.



MOTIVAÇÃO João Tenório crê que governo deve ter outra razão para manter juros altos

Alberto Silva tem projetos contra a fome

Alberto Silva (PMDB-PI) apresentou mais uma vez ao Plenário seu projeto para resolver boa parte do problema do desemprego e da fome no Brasil: a produção do chamado biodiesel, à base de mamona, e de um tipo de feijão que está sendo desenvolvido pela Embrapa, e que atende a todas as necessidades nutricionais do ser humano.

– As grandes fontes de riqueza são a terra e o mar. Do ar, temos mais é que cuidar melhor, porque a poluição está sendo muito grande – destacou.

O senador apresentou também sua proposta de capitalização do agricultor familiar, por meio de cooperativas que



INOVAÇÃO Alberto Silva insiste nas vantagens do biodiesel à base de mamona

administrariam as verbas do Programa Nacional de Agricultura Familiar (Pronaf), que garantiria a cada lavrador uma conta bancária e talões de che-

que para movimentar a verba no Banco do Brasil. Para Alberto Silva, é possível também produzir um adubo orgânico à base de celulose, que apresenta ótimos resultados, e a um preço acessível para os agricultores mais pobres.

Eduardo Suplicy (PT-SP) elogiou o discurso de Alberto Silva e informou que aceitou o convite dele para participar do Grupo Parlamentar Brasil/China. Ele comentou que recebeu até convite do embaixador da China para uma recepção comemorativa da criação do grupo. Os senadores Mão Santa (PMDB-PI) e Paulo Paim (PT-RS) também elogiaram Alberto Silva.



COBRANÇA Eduardo Azeredo quer investimento na melhoria da qualidade do ensino

Azeredo elogia recursos para transporte escolar

Ao elogiar o anúncio feito pelo Ministério da Educação de que liberará R\$ 246 milhões para o transporte escolar de estados e municípios, e que esse dinheiro poderá ser usado na compra de ônibus, carros e barcos e no custeio do transporte de alunos que moram na área rural, Eduardo Azeredo (PSDB-MG) comunicou que ficará alerta para comprovar se a notícia se transformará em realidade.

– A todo momento vemos reportagens comoventes contando a história de crianças que moram na zona rural fazendo um esforço enorme para chegarem à escola. Algumas andam quilômetros a pé, sujeitas a todo tipo de perigo. Outras usam canoas, além de andarem a pé por mais alguns quilômetros para pegar um transporte até a escola. A maioria não tem acesso aos estudos por falta de transporte – afirmou.

Eduardo Azeredo detalhou que o Ministério da Educação firmou acordo com o Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Educação (Consed) e a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Ensino para utilizar no transporte escolar 2/3 dos 10% da cota do salário-educação. O terço restante do dinheiro será destinado a programas de educação de jovens e adultos, que atende estudantes de mais de 15 anos que estão no ensino fundamental.

O senador por Minas Gerais também cobrou investimentos na melhoria da qualidade do ensino, na valorização do professor, na merenda escolar e na manutenção e construção de escolas dotadas de instrumentos modernos, como computadores, que permitam aos alunos o conhecimento do mundo da informática, sobretudo da Internet.

Roosevelt Pinheiro



Segundo Mão Santa, Sudene atuava bem

Moreira Mariz



José Jorge anuncia fim da votação

Moreira Mariz

Moreira Mariz

Moreira Mariz

Costa anuncia emenda à MP que delibera sobre a Cide



PREJUÍZO De acordo com Hélio Costa, MP irá acarretar perda de R\$ 66 milhões a Minas Gerais

O senador Hélio Costa (PMDB-MG) denunciou ontem que o estado de Minas Gerais corre o risco de perder cerca de R\$ 66 milhões por conta da Medida Provisória nº 161, que tramita na Câmara dos Deputados e regulamenta os repasses da arrecadação da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide), conhecida como Imposto sobre os Combustíveis. Ele anunciou que pretende emendar a MP quando ela tramitar no Senado, para que os recursos da Cide não integrem a receita líquida, a partir da qual é definido o montante de pagamento da dívida dos estados com a União. Ele adiantou que a mesma proposta está sendo feita na Câmara

ra pelo deputado Eliseu Rezende (PFL-MG).

Hélio Costa destacou que cerca de R\$ 200 milhões da Cide devem caber a Minas Gerais. No entanto, por força de decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), 20% desse total, ou seja, R\$ 40 milhões, serão retidos pela Desvinculação das Receitas da União (DRU). Ainda de acordo com o senador, a MP "implica outra perda, desta vez de R\$ 26 milhões, para todos os estados e não só para Minas Gerais".

Heráclito: auxílio não chega aos desabrigados

Ao registrar que as chuvas voltaram a atingir o Piauí com intensidade semelhante à do início do ano, o senador Heráclito Fortes (PFL-PI) lamentou que, com exceção de alguns poucos remédios e cestas básicas, nenhuma ajuda do governo federal tenha chegado aos municípios atingidos pelos temporais. Ele disse que os recursos anunciados na quarta-feira não resolverão a situação das mais de 60 cidades piauienses que estão com sua infraestrutura comprometida, sendo que metade delas encontra-se ainda em situação de calamidade, muitas delas ilhadas.

Heráclito lembrou que o presidente Lula foi a Pernambuco e ao Piauí depois que a tragédia estava instalada e a população dos estados atingidos passou a reclamar que nem se-



CARÊNCIA Recursos anunciados pelo governo federal são insuficientes, reclama Heráclito

quer os ministros do governo demonstravam preocupação com o problema. Ele afirmou que, embora o governador Wellington Dias (PT) tenha calculado que serão necessários R\$ 80 milhões para corrigir os estragos das enchentes, o governo federal anunciou que vai liberar pouco mais de R\$ 1,3 milhão.

Tuma pede ação para evitar gripe do frango

Senador lembra a importância da produção de frangos no Brasil e alerta para riscos de uma epidemia



LIMITAÇÃO País tem apenas dois laboratórios para diagnóstico da doença, observa Romeu Tuma

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) pediu providências rápidas e rigorosas às autoridades brasileiras para evitar uma possível epidemia da gripe do frango. Ele considerou imprescindível garantir a qualidade da produção de aves no país, bem como trabalhar para ampliar a participação do Brasil no mercado externo.

Tuma lembrou que em 2003 o Brasil passou a ser o maior exportador mundial de frangos, gerando uma receita de US\$ 1,8 bilhão. Citando dados da União Brasileira de Avicultura (UBA), ele disse que o setor deve crescer

cer 5% este ano. O parlamentar observou que o Brasil poderá se beneficiar com a ocorrência da epidemia da gripe do frango na Ásia, como se beneficiou da doença da vaca louca na Europa, e alertou o governo para a necessidade urgente de o país se prevenir de eventuais contágios.

Raupp cobra agilidade para repasses do FNO

O senador Valdir Raupp (PMDB-RO) pediu agilidade na liberação dos recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO). De acordo com o senador, o orçamento prevê para este ano mais de R\$ 650 milhões em repasses do Tesouro, mas que até agora foram



Para Valdir Raupp, fundo é a fonte mais regular de recursos da Região Norte

pagos apenas R\$ 85 milhões. Raupp ressaltou a importância do FNO para o desenvolvimento da Região Norte, e a necessidade dos recursos chegarem às mãos dos que precisam.

– Desde a criação desse fundo, em 1989, seus recursos já permitiram que fossem investidos mais de R\$ 5 bilhões na economia da Região Norte. Trata-se da fonte mais regular de recursos para fomento – disse.

Raupp destacou que os recursos do FNO, administrados pelo Banco da Amazônia (Basa), constituem a fonte de crédito mais acessível da região, com taxas de juros para microempresas de 8,75%.



ATRIBUIÇÃO Projeto de Eduardo prevê que a Casa crie Comissão de Defesa do Consumidor

Eduardo quer Senado em defesa do consumidor

O senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) pediu a aprovação do seu projeto de resolução que cria a Comissão de Defesa do Consumidor no Senado Federal, o que, segundo afirmou, irá promover maior aproximação com a população brasileira. O projeto (PRS 7/01) está pronto para ser votado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), com parecer favorável do relator, Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN).

O senador lembrou os 13 anos da Lei 8.078, que instituiu o Código de Defesa do Consumidor, e cumprimentou os Procons de todo o país e o Instituto de Defesa do Consumidor (Idec).

João Alberto alerta para situação da BR-230

O senador João Alberto Souza (PMDB-MA) alertou para o fato de que o escoamento, para o Porto de Itaqui (MA), das safras de soja e outros produtos agrícolas dos estados do Maranhão e Tocantins pode ficar inviabilizado, caso não sejam tomadas medidas urgentes para recuperar a BR-230, que se en-

contra hoje em péssimas condições.

– A situação da BR-230 é um caso típico de tragédia anunciada. Há muito tempo que a rodovia está entregue à própria sorte: ninguém se preocupa com sua conservação e as eventuais máquinas deslocadas para reparos quebram por fal-

ta de manutenção. Os reparos, por sua vez, por serem precários, não duram além da próxima chuva – disse o senador.

João Alberto protestou contra um processo contínuo de deterioração da infraestrutura pública de transporte, que pode anular os esforços de milhares de produtores agrícolas.



CRISE Escoamento da soja pelo Porto de Itaqui (MA) está comprometido, diz João Alberto

Viegas diz que país pode comprar 24 novos caças

Ministro da Defesa anuncia na CRE que licitação levará em conta ofertas feitas até novembro de 2003

Somente as ofertas prontas e protocoladas junto ao governo brasileiro até novembro do ano passado – conhecidas pela sigla inglesa *Bafo*, ou ofertas melhores e finais – serão levadas em conta pelo país na definição do modelo de avião que será utilizado para reequipar a Força Aérea Brasileira (FAB).

A informação foi transmitida pelo ministro da Defesa, José Viegas Filho, aos integrantes da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), em reunião realizada ontem.

– O que foi dito depois disso não será levado em conta – anunciou Viegas, em resposta a uma pergunta do senador Marcelo Crivella (PL-RJ). O ministro esclareceu que a decisão final sobre a compra de aviões, que tem como valor de referência a quantia de US\$ 760 milhões, será tomada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Crivella disse ter ficado mais tranqüilo com a informação de



Fotos: José Cruz

LIMITE DE COMPRA Viegas informa à CRE que a licitação terá como valor de referência a quantia de US\$ 760 milhões

Viegas, uma vez que havia lido recentemente nos jornais muitas informações a respeito de missões comerciais russas, que estariam apresentando novas ofertas ao governo brasileiro em troca do compromisso de adquirir do Brasil maiores quantidades de produtos primários, como carnes.

Viegas afirmou que os 12 aviões a serem adquiridos pela FAB são o “mínimo necessário” para que o país possa exercer o conceito de superioridade aérea, e admitiu que no futuro o número poderá subir para 24 aviões. Com todos esses apare-

lhos, ponderou, o Brasil contaria com o que chamou de “massa crítica” mais compatível com o processo desejado de transferência de tecnologia.

Ainda em resposta a Crivella, o ministro José Viegas declarou que tem tido muitos encontros com ministros da Defesa sul-americanos e que, em nenhum momento, qualquer um deles manifestou preocupação com o processo de renovação da FAB.

“A postura do Brasil é tão claramente pacífica que nenhum país vizinho se sente ameaçado”, ressaltou o ministro.

Parlamentares defendem indústria nacional

Durante a audiência pública realizada pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) para discutir o reaparelhamento da Força Aérea Brasileira (FAB), todos os senadores e deputados presentes defenderam a aquisição, pelo governo, de aeronaves fabricadas no país.

Segundo eles, a decisão do Ministério da Defesa de adquirir 12 caças militares, além de custar caro aos cofres brasileiros – cerca de US\$ 1 bilhão – não vai proporcionar aquilo que consideram de vital importância para o país e para o benefício da própria indústria aeronáutica brasileira: a transferência de tecnologia.

O primeiro a levantar a questão foi o senador Hélio Costa (PMDB-MG), que não admitiu



ESTRATÉGIA Hélio Costa garante que país fabrica aviões similares aos requisitados pela licitação

que a indústria brasileira, a exemplo da Embraer, fique a reboque, já que o setor é consi-

derado estratégico. Hélio Costa disse que a indústria brasileira já dispõe de aviões similares aos requisitados pela licitação, que poderiam ser adquiridos para fazer, “e muito bem”, o patrulhamento das fronteiras, realizar interceptações e defender a costa marítima brasileira, a exemplo do que será feito pelas aeronaves compradas no exterior.

Processo

O ministro da Defesa, José Viegas Filho, concordou com as preocupações do senador e observou que a indústria nacional “será prestigiada”. Mas admitiu que o governo só irá incrementar todo o processo após a compra dos 12 jatos fabricados no exterior, cuja licitação teve início no governo anterior e prosseguiu no atual, obedecendo aos padrões internacionais.

CRE aprova moção de solidariedade à Espanha

Um voto de solidariedade ao povo espanhol, por causa do atentado terrorista que deixou quase 200 mortos em Madri na manhã de ontem, recebeu parecer favorável da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE). O requerimento foi apresentado pelo senador Tião Viana (PT-AC) e será agora examinado pelo Plenário.

Tião Viana sugere que o Senado manifeste sua “inconteste solidariedade ao povo espanhol, na pessoa de seu dirigente maior, pelos trágicos acontecimentos ocorridos nas estações de metrô, que feriram e

ceifaram a vida de inocentes, deixando inúmeras famílias enlutadas”.

De acordo com o senador, atos como esse devem contar com “o repúdio categórico” de toda a comunidade internacional.

Foi ainda aprovado pela CRE requerimento de iniciativa do senador Hélio Costa (PMDB-MG) para que a comissão solicite à fabricante de aviões Embraer informações a respeito da possibilidade de se adaptar algum dos produtos da empresa para uso do presidente da República.

Tebet pede voto de pesar ao povo espanhol por atentado

O Senado enviará ao governo da Espanha voto de profundo pesar ao povo daquele país pelo atentado sofrido em Madri, ontem, de acordo com requerimento apresentado pelo senador Ramez Tebet (PMDB-MS). O senador disse que fez questão de ler o requerimento logo no início dos trabalhos do Plenário para patentear a dor do Senado pelo incidente.

– Toda a nação brasileira está sensibilizada. O que ocorreu na Espanha não é apenas um atentado contra aquele país, é um atentado contra o mundo – afirmou.

Emocionado, Tebet indagou

para onde está caminhando o mundo e o que se pode esperar da Humanidade, diante de tão graves acontecimentos.

O vice-presidente do Senado, senador Paulo Paim (PT-RS), na presidência dos trabalhos, afirmou que também assinava o requerimento, manifestando a solidariedade da Mesa aos espanhóis.



Tebet afirma que atentado atinge o mundo inteiro

Agripino: “Dia 11 de março ficará marcado na história”

O líder do PFL, senador José Agripino (RN), apresentou, em nome do seu partido, um voto de pesar pelo atentado terrorista que matou cerca de 200 pessoas na Espanha.

– É a versão européia do 11 de setembro, o 11 de março, um dia que ficará marcado na História, um atentado que enche o mundo inteiro de indignação – disse Agripino.

O senador lembrou que o atentado ocorreu três dias antes das eleições gerais, que poderão levar ao poder um novo presidente do Conselho de Ministros, em substituição ao atual, José Maria Aznar, que não

quer mais continuar no cargo.

– O PP [Partido Popular, de Aznar] é responsável pela modernização da Espanha, e é um partido irmão do PFL, pois ambos são membros da Internacional Centro-Reformista. Aznar é um estadista moderno, que levou seu país à condição de nação de primeiríssimo mundo – declarou.



Agripino: bomba explode a três dias das eleições

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Paulo Paim, Eduardo Siqueira Campos, Romeu Tuma, João Alberto Souza e Mão Santa